

A modernidade é o resultado do projeto iluminista, que visava a auto emancipação de uma humanidade razoável. Ele se daria através de um conjunto de valores e ideais baseados no racionalismo, no individualismo e no universalismo. Nesse sentido, o racionalismo significou uma fé na razão e na ciência, que substituiria a religião. O individualismo significou uma ruptura com antigas cosmovisões comunitárias. Houve a transição para uma nova ética e política, com características descentradas e libertas do coletivo. Partindo dessa concepção, o homem passou a valer por si mesmo, e não pelo estatuto que a comunidade lhe outorgava. Emancipar implicava individualizar, desprender o homem das malhas do todo social. O universalismo buscava dissolver os particularismos locais e se concretizaria no processo de globalização (ROUANET, 1997).

O termo modernidade implica uma série de transformações sociais, materiais, políticas e intelectuais a partir da emergência e difusão do iluminismo, e que acabaram por se misturar à revolução industrial e às transformações geradas pelo capitalismo. A ideia de progresso baseado na ciência e na razão é o resultado dos padrões críticos e racionais surgidos no Renascimento (MENEZES, 2006; GIDDENS, 1991).

O dinamismo da modernidade deriva basicamente de três fontes: a separação de tempo e espaço; o processo de desencaixe dos sistemas sociais; a apropriação reflexiva do conhecimento. Essas três fontes são condições que facilitaram a transição da ordem tradicional para a ordem moderna.

O iluminismo enunciou a ideia de felicidade segundo o qual o homem dominaria a natureza com base na razão científica e constituiria uma sociedade igualitária. Vimos surgir novos estilos, costumes de vida e diferentes formas de organização social. É evidente o declínio da esfera pública e política, a mistura entre o público e o privado, as novas formas de identidade social, o impasse histórico do socialismo, a expansão dos fundamentalismos, os tribalismos, as consequências que a informatização gerou na produção material e no cotidiano, a crise ecológica e as dimensões da globalização.

Para que o projeto iluminista tivesse a adesão garantida, passou a utilizar mecanismos de repressão e coerção, porém adotando um discurso em forma da liberdade. Assim,

criou-se uma nova lógica violenta que passou a considerar: a violência contra o pensamento, traduzida na ideia de “liberdade” para pensar o que todos pensam; violência contra a vontade popular concretizada em um sistema ideológico / democrático contendo regras que impedem a contestação do poder.

A modernidade tem como traços mais evidentes a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa e constitutiva e a evaporação da posição privilegiada do ocidente diante da globalização. Desse modo, o dinamismo da modernidade deriva basicamente de três fontes: que é a separação de tempo e espaço; o processo de desencaixe dos sistemas sociais e a apropriação reflexiva do conhecimento. Essas três fontes são condições que facilitaram a transição da ordem tradicional para a ordem moderna. (GIDDENS, 1991, pag. 58)

Essas características que compõem o contexto da modernidade tiveram sua origem na revolução industrial e são refletidas em quatro dimensões institucionais básicas que são: o capitalismo; o industrialismo e o uso de fontes inanimadas de energia material na produção de bens; o poder militar e a vigilância.

O resultado desse processo histórico foi à constituição de um contexto moderno que inclui algumas características, apresentadas abaixo e levantadas a partir dos trabalhos de Menezes (2006), Costa (1998), Birman (2007), Giddens (1991) e Rouanet (1997), dentre outros.

1-Desenraizamento, que leva a constituição de Egos flutuantes e à deriva do desamparo;

2-O tempo é ceifado do passado e do futuro, separado da história e da memória, e o fluxo do tempo torna-se um presente contínuo onde a ordem é flutuar. O tempo já não estrutura mais o espaço. A estratégia da vida pós-moderna é evitar que a identidade se fixe, a incerteza passa a ser permanente e irreduzível. A segurança também se desintegrou ou está consideravelmente enfraquecida

3- O ambiente se configura em uma atmosfera de medo e favorável para o desenvolvimento de fenômenos do campo da angústia;

4- As relações interpessoais são permeadas pelo consumismo, onde os laços não prometem a concessão nem a aquisição de direitos e obrigações. Uma das características do indivíduo é viver permanentemente com o problema da identidade não resolvido. Birman afirma que se constrói um tipo de laço social no qual o vínculo é frouxo, precário, leve, superficial, não havendo mais lugar para as experiências de perda e luto, de enraizamento e fixidez. Nesse cenário, as individualidades são descartáveis, assim como as identificações e os vínculos eróticos e afetivos. A alteridade e a diferença vão dando lugar à igualdade e à massificação desenha-se uma cena social em que ter equivale a ser;

5- As parcerias e os grupos se desintegram, e se tornam dependentes do mercado. O cidadão sustentado na ética fundada na lei paterna cede lugar para o consumidor, sustentado na ética do consumo. Há um apagamento da alteridade e a tendência é uma redução do homem à dimensão da imagem;

6- A cultura da imagem é um efeito da prática de produção da subjetividade consumidora. O consumo consome o sujeito. A publicidade manipula o poder de decisão de compra do indivíduo, transferindo-o para as empresas, acaba por fabricar seu próprio produto: o consumidor perpetuamente insatisfeito e entediado;

Há um processo gradual e progressivo de desagregação do tecido social. O abandono do estado aumenta a vivência de desvalia e desamparo por parte dos indivíduos, potencia-

lizando a sensação de vazio, o que culmina na busca frenética de objetos que preencham esse vazio, e que deem sentido à existência do sujeito. Na atualidade predominam as formações de ego ideal, caracterizando uma modalidade de subjetividade autocentrada. Uma consequência disso é a alteração nas modalidades de sociabilidade que aponta para a fragilização dos vínculos sociais, ou seja, dos laços mútuos e da constituição e permanência dos grupos.

As sociedades modernas têm na liberdade, na autonomia individual e na valorização narcísica do indivíduo seus grandes ideais, orientados para o gozo e para o consumo. Cada indivíduo se crê pai de si mesmo, sem dívida nem compromisso com os antepassados, incapaz de reconhecer o peso do laço com os semelhantes, vivos e mortos na sustentação de sua posição subjetiva. A ética da sociedade contemporânea configura um ideal de cultura em que os valores soberanos são o autocentramento, o excesso de exterioridade, a exigência do sucesso, do enriquecimento a qualquer preço e de imediato. Há uma redução do homem à dimensão da imagem.

Alguns autores, dentre eles Menezes (2006), Birman (2007), Kehl (2002), Santos (2009) e Rouanet (1997) esclarecem que esse contexto auxilia na configuração de novas formas de subjetivação e, portanto, à caracterização da identidade. O autocentramento absoluto do sujeito, se expressa no individualismo em seu limite máximo e se apresenta sob a forma da estetização da existência, na qual o que importa para individualidade é a exaltação gloriosa do próprio eu. Uma subjetividade que privilegia processos psíquicos narcísicos, a idealização da onipotência do ego. Os mal-estares da contemporaneidade estão ligados aos desvios da matriz identitária da sociedade atual, e o tipo de adoecimento psíquico dessa época têm em comuns traços de desamparo e falta de referências.

Esse número especial da Revista Fragmentos parte desse contexto moderno como pano de fundo para os fenômenos que são relatados nos artigos que o compõem. São onze artigos, que estão divididos em duas partes.

A primeira parte é composta por quatro artigos, assim distribuídos:

O primeiro se intitula “Del medioevo a La modernidad iniciática: una perspectiva histórica-cultural?” Trata-se de uma colaboración internacional elaborada por José Fernando Patiño Torres da Facultad de Psicología de la Universidad de San Buenaventura Cali – Colombia, que expõe desde uma visão histórico-cultural as transformações estruturais e subjetivas ocorridas entre a idade média e a primeira modernidade, enfocando principalmente as praticas e concepções de algumas formas educativas dessa transição.

O segundo artigo, intitulado “Crítica ao dualismo ontológico racionalista ocidental a partir da decolonialidade e da enación”, de autoria de Elias Nazareno e Ludmila Stival Cardoso da Universidade Federal de Goiás, que discute e problematiza a perspectiva vinculada ao dualismo ontológico racionalista ocidental a partir da perspectiva decolonial e do enfoque enactivo, procurando demonstrar como, a partir da ocultação e subalternização de outras culturas e de outros saberes, o conhecimento ocidental provocou um empobrecimento das possibilidades de compreensão e entendimento do que é ser no mundo.

O terceiro artigo, intitulado “Violência em Contos Infantis e na Vida Real”, de autoria de Margareth Regina G. V. de Faria, Aline Araújo Silva e Daniela S. Zanini, da PUCGOIAS, e relata os resultados de um estudo que investigou a percepção da violência em crianças que vivem em ambientes hostis na região noroeste de Goiânia, utilizando de um conto infantil.

O quarto artigo se intitula “Psicanálise aus Barcelona: O trabalho tradutório nas travessias entre línguas”, de autoria de Emiliano de Brito Rossi da Universidade de São Paulo,

e aborda os meandros enfrentados na tradução de um livro catalão, sobre psicanálise e tradução, atravessado por influências de duas das mais importantes tradições de estudos psicanalíticos: as tradições anglófona e francófona. Apresentando em linhas gerais o espectro abrangido pelo livro traduzido, constrói-se uma analogia com uma travessia náutica em que o trabalho tradutório revela sua dimensão ideológica. Com esse artigo é finalizada a primeira parte.

A segunda parte é composta por oito artigos que abordam a psicologia social e algumas possibilidades de intervenção e são assim distribuídos:

O artigo quinto se intitula “Produção de saúde como compromisso da p Psicologia Social”, de autoria de Leonardo Pinto de Almeida da Universidade Federal Fluminense e de Luís Henrique da Costa Leão da Universidade Federal do Mato Grosso e ENSP/Fiocruz, e discute a noção de “produção de saúde” e o caráter contextual e histórico sobre os fenômenos saúde-doença. Analisamos os problemas de saúde da população a partir da psicologia social: a superação da visão unilateral sobre a questão orgânica, o olhar para as comunidades e relações sociais, a crítica das instituições e a questão da produção de subjetividade.

O sexto artigo intitulado “Entre diálogos e ações: dos feminismos ao implicar-se feminista”, tendo como autoras Alice de Alencar Arraes Canuto e Lenise Santana Borges, ambas da PUCGOIAS, explora noções sobre feminismo e feministas a partir dos discursos de universitárias/os. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, ancorada nas perspectivas sócio-construcionista e feminista. A maior parte dos/as universitárias/os se mostra sensível às questões de gênero e considera que o feminismo tem importância na atualidade. Entretanto, nota-se um distanciamento entre aquilo que é percebido e a possibilidade de ação.

O artigo sétimo, intitulado “Assédio moral: uma nova forma de violência nas organizações”, de autoria de Roberto Heloani da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP e da FGV – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo e Kátia Barbosa Macêdo da PUCGOIAS, aborda uma nova forma de violência nas organizações contemporâneas, que é o assédio moral. Inicia com uma introdução, que é seguida por uma discussão sobre a violência na sociedade e nas organizações. Mesmo não havendo consenso acerca do tema, é possível uma proposta de intervenção, que pode ocorrer em três níveis: social, organizacional e individual.

O oitavo artigo, intitulado “Por que a percepção de justiça organizacional torna os trabalhadores mais comprometidos?”, de autoria de Ludimila Inês Nunes Prestes, Helenides Mendonça, ambas da PUCGOIAS e Maria Cristina Ferreira da Universidade Salgado de Oliveira, e apresenta os resultados de um estudo que teve como objetivo investigar as relações entre a percepção de justiça organizacional e o comprometimento em 240 servidores públicos. Os resultados demonstram que a percepção de que recebe um salário justo, de que é tratado com respeito e consideração e de que tem poder de voz na organização e de que tem voz na organização está significativamente relacionada ao maior comprometimento dos trabalhadores, sobretudo no que se refere ao comprometimento afetivo e normativo.

O artigo nono, intitulado “Saúde e trabalho do empreendedor: um estudo em psicodinâmica do trabalho”, de autoria de Edward Humberto Guimarães Júnior da ESUP-FGV e Uni-Anhanguera e Kátia Barbosa Macêdo, da PUCGOIAS, e apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou discutir o trabalho, o sofrimento, as defesas e as patologias dos empreendedores em decorrência do seu trabalho, partindo da psicodinâmica do trabalho. Levantou-se o uso de estratégias defensivas para lidar com o sofrimento e resistir ao adoecimento. Identificou-se a ocultação do sofrimento, através de demonstrações de virilidade. Identificaram-se sintomas físicos e psicológicos de adoecimento.

O décimo artigo se intitula “Vivências dos gestores de uma IES privada: intervenção em clínica psicodinâmica do trabalho”, tendo como autoras Fabiana Custódio e Silva, da Faculdade Padrão e Faculdade Objetivo e Kátia Barbosa Macêdo, da PUC Goiás, e apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as vivências dos gestores de uma IES privada. Para a coleta de dados foram realizadas reuniões de discussão coletiva. O tratamento dos dados foi feito por meio da análise categorial temática. Os resultados indicam que as vivências de sofrimento são maiores do que as vivências de prazer.

O décimo primeiro artigo, intitulado “Representação social e práticas do psicólogo jurídico no Brasil”, de autoria de Maristela Miranda de Carvalho Casto e Sebastião Benício da Costa Neto ambos da PUC Goiás, e apresenta o resultado de um estudo que objetivou a identificar, descrever e avaliar a representação social dos psicólogos na área jurídica de Goiânia acerca do trabalho da Psicologia Jurídica e da Resolução CFP N° 019/2010. Os resultados apontam categorias qualitativas que demonstraram que os psicólogos jurídicos como grupo social possuem representações sociais relacionadas à delimitação estabelecida pelo CFP, além de insuficiente conhecimento da mesma.

O décimo segundo, intitulado “Desemprego e estresse: avaliação dos estressores relatados por desempregados” de autoria de Daniela Cristina Campos, Daniela Sacramento Zanini e Luana Guimarães de Castro, da PUC Goiás, e apresenta um estudo que teve como objetivo descrever os estressores relatados por desempregados da grande Goiânia. Participaram 116 trabalhadores em situação de desemprego, que relataram, por meio do CRI adult form, os estressores vivenciados. A categorização destes foi realizada por meio da técnica de Bardin (1977) e o índice de concordância entre juízes foi medido pelo Kappa. Os resultados apontaram dificuldade financeira, falta de experiência, sentimento de inutilidade, falta de oportunidade e dos problemas pessoais como os estressores mais comuns com um bom índice de concordância entre juízes.

Desejamos que a leitura seja proveitosa e propicie análises, discussões e outros projetos de pesquisa.

Boa leitura!

Profª. Dra. Kátia Barbosa Macêdo
Profª. Dra. Daniela Sacramento Zanini
(Organizadoras)

Referências

- BIRMAN, J. Subjetividades contemporâneas. In: *Psychê – Revista de Psicanálise*. São Paulo, ano V, n. 7, p.151-69, 2001.
- _____. Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (Org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Taurus, p. 151-74, 1988.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. 2ª Edição, São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- KEHL, M. R. O homem moderno, o desamparo e um apelo a uma nova ética. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 39-75.

- MENEZES, L. S. *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP, 2006. (teses e dissertações);
- ROUANET, S. P. Mal-Estar na Modernidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*. Vol. XXXI, v. 1, p. 9-30, 1997.
- _____. Os Traumas da Modernidade. In: RUDGE, Ana Maria (Org.) *TRAUMAS*. São Paulo: Editora Escuta, 2006. Biblioteca de Psicopatologia Fundamental.
- SANTOS, L. O. *Transtornos do pânico: sua aparição na sociedade de risco*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009 (Coleção Clínica Psicanalítica).